

ENCONTRO COM O FUTURO





ENCONTRO COM O FUTURO





Encontro com o futuro

COM O IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, PELO CONGRESSO NACIONAL, UM NOVO GOVERNO SE INSTALOU COM O FIRME PROPÓSITO DE CUMPRIR UM PROGRAMA CLARO, COERENTE, CORAJOSO E LEVADO PREVIAMENTE AO CONHECIMENTO PÚBLICO.

Nos meses finais de 2015, confrontado com o grave estado da economia e da política brasileiras, e em resposta às grandes manifestações públicas que se sucediam por todo o país, o PMDB, por meio da Fundação Ulysses Guimarães, apresentou à nação um diagnóstico claro da situação e um programa objetivo para restaurar o equilíbrio e o crescimento econômico.

Naquele momento os dados da economia eram desalentadores e todas as previsões indicavam que o país rumava para o terceiro ano de declínio da renda por habitante e para o aumento, tanto da inflação, quanto do desemprego. E isto acabou se concretizando. Desde 2011, quase todos os indicadores da economia vinham piorando, em virtude de opções equivocadas de política econômica, nas quais se insistia, apesar de todas as evidências.

Nosso sentimento naquela hora era que a nação brasileira corria graves riscos. As estruturas produtivas, no setor privado e na área estatal, estavam se desfazendo. Os problemas sociais se acumulavam e o Estado, em todos os seus três níveis, aproximava-se de um colapso financeiro. Não apenas os índices de bem-estar social estavam recuando, como também a própria capacidade da economia de se recuperar com o tempo estava em via de se perder. O sistema político e os homens de responsabilidade não podiam ficar passivos diante da ruína que se aproximava sem apresentar um programa econômico que fosse capaz de contribuir para a solução da crise e a retomada do crescimento.

Nosso documento, “Uma Ponte para o Futuro”, ofereceu à nação uma alternativa ao improvisado, ao populismo e ao forte apego ideológico, que eram as marcas do Governo de então. E serviu

de senha para a reorganização das forças políticas, com o objetivo de salvar o país da recessão, da inflação, do desemprego, do colapso dos serviços públicos e da insolvência do Estado.

Com o impeachment da Presidente da República, pelo Congresso Nacional, um novo Governo se instalou com o firme propósito de cumprir um programa claro, coerente, corajoso e levado previamente ao conhecimento público.

Passados vinte meses de Governo Temer, e quando se aproxima o processo eleitoral, é tempo de lembrar do estado do país naquele momento, revisitar os compromissos assumidos no programa, avaliar com a mente aberta o que foi realizado e explicitar a agenda necessária para que as transformações obtidas até agora não se percam. Assim a nação pode se prevenir diante das hipóteses de retrocesso que sempre rondam o cenário político e que já se insinuam no processo eleitoral. E, mais do que isso, se preparar para as enormes mudanças que estão ocorrendo no mundo por causa do ritmo exponencial das inovações tecnológicas em todas as áreas da vida humana. Infelizmente, o Brasil vem se afastando, e não mais se aproximando, do mundo desenvolvido.

Durante o ano de 2018, o Governo Temer, com o apoio do Congresso Nacional, dará prosseguimento a sua agenda de mudanças destinadas a estabelecer um padrão duradouro de equilíbrio fiscal, a assegurar uma repartição mais justa dos recursos públicos

entre a população e a criar um ambiente mais previsível e mais favorável para os investimentos do setor privado.

Foi este, desde o seu início, o principal objetivo do Governo: realizar as mudanças indispensáveis no Estado e na economia para que o país recuperasse a capacidade de crescer, de gerar empregos e de elevar a renda dos brasileiros. Enfim, de proporcionar um ambiente de maior justiça e de mais igualdade de oportunidades. Mobilizou, exclusivamente para esta finalidade, todos os seus recursos políticos, comprometendo-se integralmente com um projeto de Estado, e não com um projeto de poder.

Um projeto de país demanda um prazo muito mais longo para se completar e produzir todos os seus efeitos transformadores. As distorções do Estado brasileiro e de nossa economia acumularam-se durante um longo processo de formação e enraizaram-se em nossa cultura política. É preciso um horizonte de tempo muito maior para mudar nosso modo de funcionamento e, ao mesmo tempo, romper nossas fronteiras mentais. Por isso será necessário que o próximo governo a ser eleito esteja comprometido com as ideias e os propósitos que nos permitiram esta rápida reversão. Caso contrário, voltaremos aos anos de recessão, inflação e desemprego de que mal acabamos de nos livrar.

Em 2018 a população brasileira vai escolher um novo Governo. Esta escolha, democrática

e soberana, será a oportunidade para que a nossa sociedade decida, com base nas experiências que viveu nos últimos tempos, se deseja a continuidade do processo de reformas que adotamos. Reformas que nos exigiram muitos sacrifícios políticos, mas que trouxeram benefícios evidentes. Ou se, ao contrário, deseja que elas sejam interrompidas ou revogadas. Ou, ainda, em uma visão diferente dos fatos, decida que os verdadeiros problemas brasileiros são de outra natureza, passando longe da reforma do Estado ou da promoção da economia privada.

Nosso dever agora é o mesmo que nos levou a agir a partir do final de 2015, quando apresentamos um plano econômico para promover o debate sobre a retomada do crescimento do Brasil.

É o de esclarecer, advertir e convencer. É o de lembrar a situação que encontramos, mostrando as causas verdadeiras de nossos problemas e o caminho longo e difícil que ainda temos pela frente. É, também, o de expor com franqueza a necessária agenda da continuidade, para que a sociedade, honestamente informada com fatos verdadeiros, possa participar de modo consciente do debate eleitoral, livre de ideologia e de oportunismo. E, ao fazê-lo, exigir posições claras de todos os que se proponham

a dirigir o país, administrar seus problemas e cuidar do povo brasileiro.

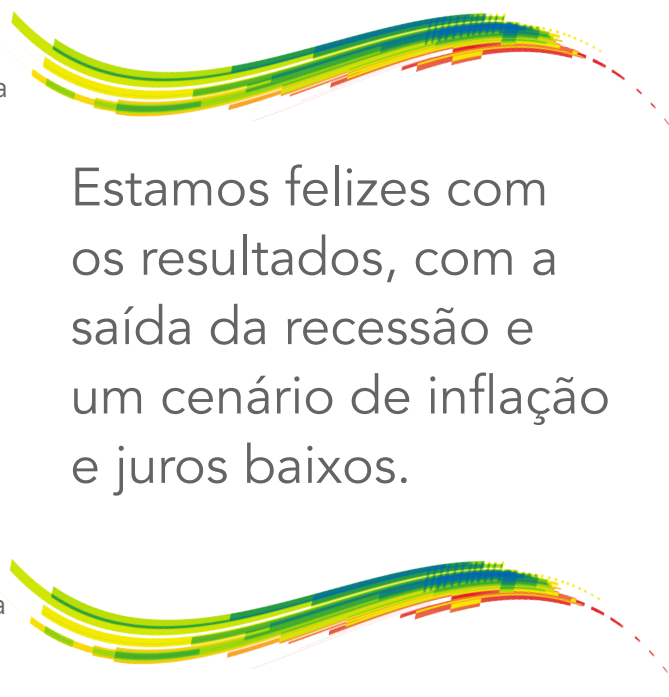
Nestes duros tempos de recessão foram embora os empregos e, conseqüentemente, os salários. A renda familiar e o destino de milhões de brasileiros ficaram comprometidos.

Os erros de orientação econômica e a incapacidade de governar recaem, em última instância, sobre os ombros da população, em

especial dos grupos mais vulneráveis da sociedade. Isso não pode acontecer de novo. Em 2016 começamos a agir em cima dos destroços que encontramos. Mesmo com todo o esforço, somente em 2020, se não ocorrerem retrocessos, retornaremos aos níveis de renda por habitante de 2011. Uma década

inteira foi perdida, num país ainda com tanta pobreza e com tão poucas oportunidades para a maioria das pessoas.

Estamos felizes com os resultados, com a saída da recessão e um cenário de inflação e juros baixos, mas é preciso ter consciência de que estamos apenas no meio do caminho das reformas que precisamos fazer para a redução permanente do desemprego e para o crescimento sustentável da economia brasileira.



Estamos felizes com os resultados, com a saída da recessão e um cenário de inflação e juros baixos.

O Brasil não chegou à maior crise de sua história por acaso. A cultura e a política do país resistem às mudanças que uma democracia moderna tem que absorver. A Constituição e as leis não têm o poder de parar o tempo, mas todo governo que ousa mudar e reformar sabe que seu caminho está cheio de incompreensões. Não podemos nunca nos esquecer de que o Governo que provocou a crise, com seus erros, foi durante quase todo o tempo aprovado pela maioria da população, e que o Governo que corrigiu aqueles erros, com resultados inequívocos, é reprovado pela maioria.

Não se pode perder de vista que o Governo Temer realizou todo o esforço de restauração da economia e de mudança do quadro social e econômico num ambiente político de grande instabilidade, com as instituições sendo tensionadas em seu limite, mas dentro da ordem democrática. Ao mesmo tempo em que reformas legislativas de grande alcance punham

pressão sobre o sistema político, prosseguia, sem interrupção ou embaraço, a ação do sistema judicial de combate à corrupção, envolvendo grandes empresas privadas, partidos e personalidades políticas. O que deve ter ficado claro para todos é que reformas legislativas e o combate à corrupção não são propósitos que se excluem ou se contrapõem. Muito pelo contrário, podem e devem andar juntos, porque, em última instância, é o excesso do Estado que está na raiz da maioria dos episódios de corrupção no Brasil. E, mais importante ainda, só uma sociedade democrática pode realizar ao mesmo tempo os dois propósitos: crescer com justiça e investigar e punir a corrupção. Se alguma dúvida pode existir quanto a isto, basta um olhar sobre o que ocorre principalmente nos grandes países emergentes.

Em resumo: a escolha de 2018 será a de querer voltar atrás, para o Brasil de 2015? Ou será a de seguir em frente, nesta nova estrada, para o encontro com o futuro?





O país que encontramos

O GOVERNO ASSUMIU, EM CARÁTER PROVISÓRIO, EM MAIO DE 2016. EM JUNHO DE 2016 O CRESCIMENTO DO PIB NOS ÚLTIMOS DOZE MESES ERA NEGATIVO, DE -4,6%.

Em 2014, quando se iniciou a recessão, o crescimento anual da renda nacional fora de apenas 0,5%, e em 2015 a estagnação evoluiu para uma queda de 3,5%.

A inflação naquele mesmo momento atingia o índice anualizado de 9,3%. A taxa básica de juros praticada pelo Banco Central para controlar a inflação era de 14,25% ao ano. A expectativa de crescimento do PIB para os próximos doze meses, mantidas as condições econômicas de então, era de -1,7%.

Quando elaboramos “A Ponte para o Futuro”, a dívida pública brasileira estava em torno de 67% do PIB e com forte trajetória de crescimento, em virtude da combinação de queda do PIB, juros altos e déficits fiscais crescentes. No início do Governo Temer, as projeções de aumento da dívida pública apontavam para uma situação catastrófica, a se materializar em breve tempo. Se os juros fossem mantidos naquele elevado nível de 14,25% e se o crescimento real da

despesa primária do Governo continuasse a se elevar à mesma taxa de 6% ao ano em que vinha crescendo de 1997 a 2015, sem crescimento da economia, em breve a dívida passaria de 100% do PIB. Se as condições não fossem alteradas profundamente, a dívida chegaria a 102% do PIB em 2022 e a 142% em 2026.

Esta trajetória da dívida pública era claramente insustentável e o país caminhava para a insolvência fiscal, com todo o seu cortejo de graves consequências: hiperinflação, recessão profunda, desorganização do sistema financeiro e desemprego. Já naquele momento, os agentes econômicos se precavam deste desfecho, paralisando os investimentos e cobrando prêmios elevados nas operações financeiras com o país. O risco externo do Brasil, expresso nas taxas de CDS de 5 anos, chegou a 328 pontos, nível próprio de países cuja solvência está sob forte dúvida.

O próprio setor externo da economia, que a tempos deixara de ser um fator crítico, graças

ao boom das commodities e à expansão do agronegócio, passou a emitir sinais preocupantes. O saldo da conta-corrente do balanço de pagamentos começou a apresentar déficits crescentes, passando de US\$ 75 bilhões em 2013 a US\$ 104 bilhões em 2014. Nada parecia estar a salvo em meio ao desgoverno.

Os erros de visão e diagnóstico do Governo de então, somados à sua impotência política e incapacidade de estabelecer uma relação construtiva com o Congresso Nacional, estavam definitivamente encaminhando o Brasil para um desastre de amplas e graves consequências.

Em razão da crise fiscal, o próprio funcionamento do Estado e a oferta de serviços públicos ficaram altamente prejudicados, privando a grande maioria da população de melhorias na educação, na saúde e na segurança. Os próprios ganhos sociais, alcançados após o controle da inflação pelo Plano Real e a expansão das políticas de transferência de renda, começaram a se perder, voltando a crescer a porcentagem de pobreza na população.

Todos estes problemas refletiam-se diretamente na vida das pessoas mais vulneráveis, dissolvendo o mito de que as políticas econômicas de então visavam priorizar as populações mais pobres e o papel social do Estado. Em 2016, no auge da crise econômica, 24,8 milhões de brasileiros estavam vivendo em situação de pobreza extrema, com uma renda inferior a um quarto do salário mínimo, quase 9 milhões de novos pobres, um aumento de 53% em comparação com 2014. Do mesmo modo, 36,6 milhões viviam no que se denomina nível de pobreza absoluta, um número 6% maior do

que o registrado em 2014. Mais uma vez ficou demonstrado que a primeira política social é uma economia em crescimento, sem inflação e com equilíbrio fiscal. Sem estas condições o resultado é sempre mais pobreza, quaisquer que sejam os efeitos de políticas compensatórias.

Os erros dos governos anteriores não se limitaram à política macroeconômica e atingiram em cheio nossas principais empresas estatais. Quando o Governo Temer se instalou, a Petrobras encontrava-se em meio à maior crise de sua história. Em virtude de irregularidades graves de gestão e de corrupção, hoje fartamente comprovadas, de decisões políticas de investimento inteiramente em desacordo com os interesses da companhia e de uma política de preços de derivados desenhada para atender a cálculos políticos e eleitorais, a empresa acumulou prejuízos e endividamento excessivo. No final de 2015 a Petrobras registrou um prejuízo anual de R\$ 34,8 bilhões e sua dívida bruta atingiu o montante de R\$ 493 bilhões, maior dívida entre as empresas globais de capital aberto que operam no setor de óleo e gás e maior dívida de entidades não financeiras do país, com exceção da dívida da União. Novamente, nos primeiros nove meses de 2016, a Petrobras ainda apurava um prejuízo de R\$ 17 bilhões. Na falta de uma radical mudança na sua administração a empresa caminhava para a destruição.

No setor elétrico, a cena encontrada há quase dois anos era devastadora. A Eletrobras, maior holding do setor elétrico na América Latina e 16ª empresa de energia do mundo, registrava prejuízos bilionários. No balanço de 2015, a companhia divulgou um prejuízo de R\$ 14,4

bilhões, sendo que apenas no projeto da usina de Angra 3 as perdas somavam R\$ 5 bilhões. A negociação de suas ações na bolsa de Nova York foi suspensa por determinação das autoridades americanas, por falta de apresentação do relatório do exercício de 2014. Em quatro anos os prejuízos acumulados chegaram a R\$ 30 bilhões, e sua dívida líquida era de quase 10 vezes sua geração de caixa. A empresa rumava para o colapso, colocando em risco todo o sistema elétrico do país.

Além da politização da gestão, a companhia foi mais uma vítima de uma regulação desastrada, provocada pela Medida Provisória 579, que desvalorizou grande parte do patrimônio das empresas do setor elétrico brasileiro. Concebida com o pretexto de favorecer os

consumidores, produziu exatamente o contrário. A redução tarifária imediata, em 2013, foi de 5%, benefício desfeito por uma elevação de 31% em 2015. A Eletrobras, apesar de ser uma companhia de capital aberto, com ações negociadas nas bolsas de São Paulo, Madri e Nova York, foi obrigada pelo governo a renovar seus contratos

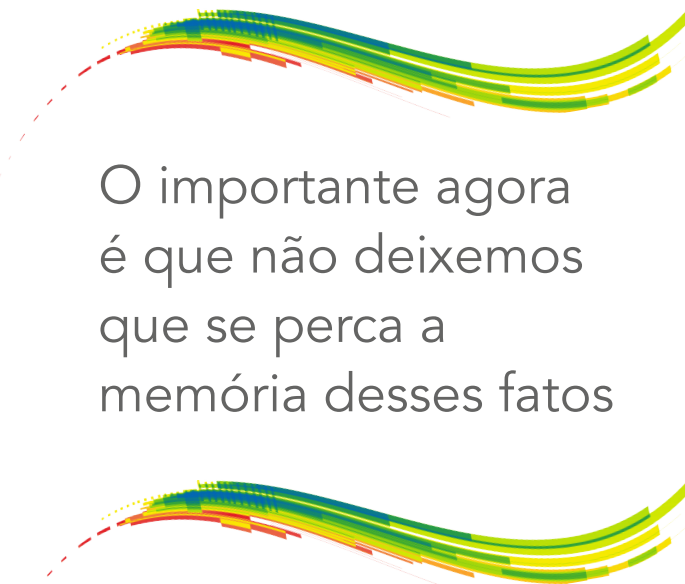
de concessão nos termos danosos oferecidos pela Medida Provisória. Esta decisão trouxe grandes prejuízos, com redução de receitas sem diminuição dos custos. Já em 2012, CHESF e Furnas, as principais empresas da holding, registraram perdas operacionais de R\$ 10,3 bilhões.

Este panorama realista, retrato fiel do que acontecia no país, revela o tamanho do desastre administrativo que estava em gestação desde 2011. Os custos desse desastre serão pagos por

toda a população, ainda por muitos anos, e são um sinal de advertência a toda a sociedade brasileira sobre os danos das escolhas eleitorais irrefletidas e dos perigos que se escondem por trás da retórica populista.

O Governo Temer, num tempo excepcionalmente curto, interrompeu essa

trajetória de desastre generalizado ainda a tempo de evitar suas piores consequências. O importante agora é que não deixemos que se perca a memória desses fatos e desses perigos, não para realçar uma retórica política, mas para que a sociedade possa melhor se prevenir de sua repetição.



O importante agora
é que não deixemos
que se perca a
memória desses fatos



Os compromissos que assumimos

O PRIMEIRO COMPROMISSO DO GOVERNO FOI O DE REVERTER IMEDIATAMENTE A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO ANTERIOR, PARA INTERROMPER OS DESASTRES EM CURSO, INICIAR A RECONSTRUÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA DE EQUILÍBRIO FISCAL, REDUZIR FORTEMENTE A INFLAÇÃO E, EM CONSEQUÊNCIA, ABATER OS CUSTOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA.

Tudo com o objetivo final de criar condições para a retomada do crescimento sustentado da economia a uma taxa capaz de elevar a renda por habitante a, pelo menos, 2,5% ao ano. Com crescimento econômico e controle da inflação voltariam os investimentos e os empregos, aumentaria o poder de compra da população e a pobreza poderia ser efetivamente reduzida de modo permanente.

Ao longo de destes vinte meses, seguimos as propostas do documento “Uma Ponte para o Futuro”. Eis uma súmula desses compromissos:

- a) construir uma trajetória de equilíbrio fiscal duradouro, com a volta progressiva de superávits primários e a estabilização do endividamento público em relação ao PIB, sem elevação dos impostos;
- b) estabelecer um limite para o crescimento das despesas de custeio no orçamento da União, inferior ao crescimento do PIB, por meio de lei, após serem eliminadas as vinculações que engessam o orçamento;
- c) alcançar em no máximo 3 anos a estabilidade da relação Dívida/PIB e uma taxa de inflação

- no centro da meta de 4,5%, que, combinadas, propiciarão juros básicos reais em linha com uma média internacional de países relevantes e uma taxa de câmbio real que reflita nossas condições relativas de competitividade;
- d) executar uma política de crescimento centrada na iniciativa privada, por meio de privatizações, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno ao regime anterior de concessões na área de petróleo e gás, dando à Petrobras o direito de preferência nos leilões nos campos do Pré-Sal;
 - e) promover a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio com todas as áreas econômicas relevantes;
 - f) promover legislação para garantir o melhor nível possível de governança corporativa às empresas estatais e às agências reguladoras, com regras estritas para a escolha de seus dirigentes e para sua responsabilização;
 - g) na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos;
 - h) na área tributária, realizar um esforço de simplificação, reduzindo o número de impostos e unificando a legislação do ICMS, com a transferência da cobrança para o Estado de destino, desoneração das exportações e dos investimentos;
 - i) promover a racionalização dos procedimentos para a criação de empresas e para a realização de investimentos, com ênfase nos licenciamentos ambientais, que podem ser efetivos, sem serem complexos e demorados;
 - j) na educação, prioridade para o ensino fundamental e médio, foco na qualidade do aprendizado e na sala de aula e diversificação do ensino médio;
 - k) na área da política, construir uma coalizão de forças políticas para aprovar no Congresso Nacional o que for necessário para o cumprimento destes compromissos e destes objetivos.

Mesmo em meio aos efeitos da crise econômica, de grandes turbulências no campo institucional e político e da generalizada desconfiança da população, o Governo obstinou-se na tarefa de cumprir a agenda prometida. Ao final, cumpriu muito do que prometeu, abrindo um ciclo de mudanças estruturais de grande alcance. O resultado foi uma completa reversão de quase todos os indicadores econômicos e a criação de um ambiente de confiança para todos os agentes econômicos. Governo e Congresso Nacional mudaram o país, apesar das condições mais adversas de que se tem notícia em nossa história contemporânea, confirmando que a política democrática é capaz de resolver os problemas reais de uma sociedade livre e moderna.



O presente que conquistamos

COMO FOI PROMETIDO NO NOSSO DOCUMENTO PROGRAMÁTICO “UMA PONTE PARA O FUTURO”, O GOVERNO, EM VINTE MESES, REALIZOU GRANDES REFORMAS LEGISLATIVAS E DE POLÍTICA ECONÔMICA QUE MUDARAM RADICALMENTE A SITUAÇÃO DA ECONOMIA E AS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO NOSSO FUTURO.

O Brasil é hoje uma economia em crescimento, com inflação baixa, juros baixos e um plano de ajuste fiscal em curso, numa das mais notáveis reversões em qualquer tempo e em qualquer lugar.

Segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da Fundação Getúlio Vargas, a recente recessão, a mais aguda de nossa história moderna, teve início no segundo trimestre de 2014 e só foi encerrada no último trimestre de 2016, apenas cinco meses após o início do novo Governo. Depois de uma queda acumulada de 7% em dois anos, o PIB em 2017 cresceu 1%. Mas cresceu a um ritmo que permite prever

uma taxa de crescimento próxima a 3% ao final de 2018. A esta taxa, a renda per capita do brasileiro, após recuar cerca de 9% de 2014 a 2016, volta a crescer a um nível próximo de 2,5% ao ano, objetivo inscrito nos compromissos que foram assumidos perante a população.

A inflação, depois de chegar a mais de 10% em 2015, encerrou o ano de 2017 no nível inédito de 2,95%. E com uma previsão de manter-se em torno de 3,85% ao longo do período 2017-2020, a menor inflação média para um período de 4 anos desde o Plano Real. Hoje a inflação de 12 meses no Brasil está abaixo de 3%. As gerações que ainda se lembram dos longos períodos

de inflação crônica e elevada que assolavam a sociedade brasileira, e que foram grandes responsáveis pelos nossos níveis intoleráveis de desigualdade, saberão reconhecer o devido valor ao equilíbrio duradouro que parece que alcançamos. A inflação é uma forma disfarçada de imposto, cobrado dos pobres e da classe média para financiar os gastos do Estado com os setores mais ricos e privilegiados da sociedade.

Governo progressista é o que não aceita conviver com a inflação.

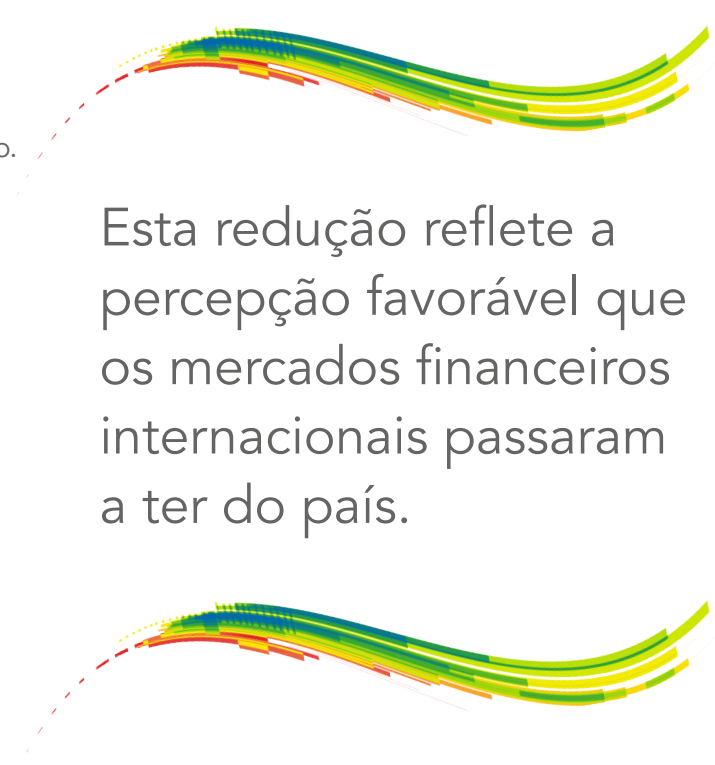
A taxa básica de juros, a SELIC, depois de ter atingido 14,25% ao ano em 2015, no meio de uma economia em plena recessão, foi progressivamente sendo reduzida, em virtude da melhoria dos fundamentos econômicos, até alcançar 6,50% em março de 2018. Esta redução alivia o custo de financiamento da dívida pública e tem efeitos importantes sobre o crédito, o investimento privado e o consumo das famílias. As expectativas são de que a taxa permanecerá abaixo de dois dígitos por pelo menos dois anos, podendo este período estender-se muito mais se conseguirmos aprovar a Reforma da Previdência e consolidar o ajuste fiscal de longo prazo, na forma estabelecida pela Emenda do Teto dos Gastos. Juros mais baixos, mais próximos da média dos países desenvolvidos, incentivam

o investimento produtivo em detrimento das aplicações financeiras, que só beneficiam a minoria mais rica da população. A nossa longa história de juros elevados é uma espécie de enfermidade, causada pelo descontrole das despesas públicas e que levou a uma hipertrofia do setor financeiro e à contínua penalização das atividades produtivas.

O risco Brasil, medido pelo instrumento financeiro denominado CDS (credit default swap) de 5 anos, depois de ter atingido 368 pontos em maio de 2016, recuou em abril de 2018 para cerca de 170 pontos. Nível este próximo dos países que são classificados em "grau de investimento", condição

que perdemos em 2014. Esta redução reflete a percepção favorável que os mercados financeiros internacionais passaram a ter do país e, na prática, significa redução dos custos de captação externa para as empresas brasileiras.

No plano externo voltamos a obter grandes superávits comerciais, mesmo com o aumento das importações e da compra de serviços no exterior, em razão da recuperação da atividade econômica. No balanço de transações correntes, depois de um déficit de US\$ 104 bilhões em 2014, chegamos ao final de 2017 com um



Esta redução reflete a percepção favorável que os mercados financeiros internacionais passaram a ter do país.

pequeno saldo negativo de US\$ 9,8 bilhões. Um valor inédito em nossa história econômica e largamente compensado pela entrada de US\$ 75 bilhões de investimento estrangeiro direto.

A crise econômica que herdamos deixou um saldo terrível de desemprego. Desde janeiro de 2015, quando se iniciou o segundo mandato do Governo anterior, o desemprego não parou de subir. Em 2015, 1.543.000 brasileiros perderam seu emprego e, em 2016, 1.326.000 postos de trabalho foram eliminados. A recuperação do emprego nas economias atuais, por uma série de razões, é mais lenta que a recuperação do PIB. Em 2017, mesmo com o início de retomada da atividade econômica, o saldo ainda permaneceu negativo. Só que, desta vez, por muito pouco: perdemos 21.000 empregos. Mas, de qualquer forma, já foi uma mudança imensa em relação ao passado recente.

A tarefa que temos pela frente, de recuperar os empregos perdidos e criar novos empregos para os jovens que chegam ao mercado de trabalho, é gigantesca. Para isto contamos com a continuidade do crescimento, que é uma certeza para 2018 e 2019, bem como com o novo ambiente criado pela Reforma Trabalhista, baseado na liberdade de negociação e não na tutela do Estado. Mas, para este cenário se materializar, é indispensável que o projeto de mudança econômica em curso tenha continuidade.

No plano macroeconômico é impossível fechar os olhos para os bons resultados obtidos. E isto num período relativamente curto e em meio a tantas turbulências políticas.

Resta a questão do enfrentamento da crise fiscal. Em “Uma Ponte para o Futuro” já havíamos alertado que o forte desequilíbrio fiscal havia se tornado o mais importante obstáculo para a retomada do crescimento econômico. No documento, assumimos o compromisso de iniciar o ajuste das contas públicas por meio do controle e redução das despesas, sem elevação da carga tributária. Tratava-se de um compromisso crítico, pois as despesas primárias da União, como proporção do PIB, vinham crescendo continuamente desde a entrada em vigor da Constituição de 1988. Nenhum Presidente do Brasil, desde então, conseguiu reduzir essas despesas, o que revela o caráter estrutural do crescimento do gasto público. Todos os ajustes tentados foram feitos por meio de elevação da carga tributária, que passou de 25% do PIB em 1989 para 33,4% em 2016.

As despesas primárias do Governo Federal subiram de 10,8% do PIB em 1991, para 20% do PIB em 2016. Quando se olha a composição deste crescimento de 9 pontos percentuais do PIB, nota-se que quase 60% desse crescimento decorreu da expansão do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio dos Funcionários, civis e militares, da União. Juntos, hoje eles somam mais de 10% do PIB, ante 4,3% do PIB em 1991. Este tipo de despesa é determinado por normas constitucionais e seu controle depende de uma Emenda Constitucional que reforme o sistema, adaptando-o à realidade econômica e fiscal.

Apesar de todas as dificuldades, estamos cumprindo o prometido. O desafio, como fica claro em qualquer análise isenta e realista, para que o país possa ingressar numa trajetória virtuosa e sustentável de crescimento duradouro e com estabilidade, é transformar, em alguns anos, um déficit primário em torno de 2,5% do PIB em um superávit equivalente. Se feito pelo lado da receita, como em nossa tradição recente, este ajuste levaria a carga tributária para algo próximo de 40% do PIB. Um nível claramente extravagante, disfuncional e inaceitável para o estágio de desenvolvimento atual da economia brasileira.

Para realizar o ajuste nos termos que prometemos, tomamos duas iniciativas legislativas de grande alcance. A primeira delas, já aprovada pelo Congresso Nacional, é a Emenda Constitucional do Teto, que estabelece um novo regime fiscal para o Governo, determinando crescimento real zero para as despesas primárias do Governo Central até 2026. A outra é a proposta de Reforma da Previdência, já aprovada na Comissão Especial e à espera de votação na Câmara dos Deputados.

O esforço da redução das despesas já mostra resultados. As despesas primárias do governo em 2016 correspondiam a 20% do PIB. Em 2017 elas foram reduzidas para 19,5% e poderão cair novamente em 2018. Pela primeira vez, desde a Constituição de 1988, um Presidente da República terminará o seu governo com as despesas primárias registrando um valor inferior ao do início do seu mandato, que no caso do Governo Temer foi em 2016.

A própria trajetória da dívida pública está se alterando em virtude do esforço fiscal e da queda dos juros. Pelas projeções de analistas econômicos, no início de 2017, o nível da dívida bruta, em relação ao PIB, deveria chegar próximo a 78%. Mas, no final de 2017, a dívida pública bruta ficou em 74% do PIB. Isto em função da queda mais rápida dos juros, de novos pagamentos do BNDES ao Tesouro Nacional e de um resultado primário do setor público que ficou R\$ 50 bilhões menor do que a meta estabelecida para o ano.

O mesmo processo de regeneração ocorreu com os setores de óleo e gás e de energia elétrica. As duas grandes empresas estatais, depois de muito tempo, passaram a ter uma gestão profissional, sem nenhuma ingerência estranha aos interesses próprios das companhias. Além disso, as políticas públicas para o setor voltaram ao campo da racionalidade e do interesse geral, imunes à política ideológica e ao jogo dos interesses especiais.

A Petrobras reverteu os prejuízos dos últimos anos, reduziu o endividamento e voltou novamente a bater sucessivos recordes de produção. Houve ainda importantes mudanças nos marcos legislativos, o que permitiu destravar os investimentos no setor e atrair os maiores produtores mundiais para a exploração de nossas reservas. Diante do avanço das energias alternativas em todo o mundo, o que já prenuncia a desvalorização dos combustíveis fósseis, elas corriam o sério risco de permanecer intocadas. Com a nova legislação, a Petrobras

mantém a preferência na escolha dos campos a serem explorados no polígono do Pré-Sal, mas livra-se do encargo, impossível, de operar com exclusividade as instalações de exploração e produção nessa área. Nossas reservas de petróleo doravante serão exploradas em larga escala, gerando receitas para a União, Estados e Municípios produtores e, principalmente, renda e emprego para a população. E, com essas mudanças, o Brasil se tornará rapidamente um dos maiores produtores mundiais.

A Eletrobras, entregue a uma gestão profissional, a cargo de especialistas do setor, reduziu em cerca de 40% sua dívida em relação à geração de caixa e voltou a registrar lucro após anos de prejuízos. Agora o Governo enviou ao Congresso projeto para a capitalização da companhia, por meio de oferta pública de aumento de capital, que não será subscrito pela União. Ao pulverizar seu capital, vai torná-la uma verdadeira corporação, gerida por profissionais. Com a recuperação da capacidade de investimento da Eletrobras e a elevação do valor de mercado da companhia, após sua capitalização, o Governo, que possui cerca de

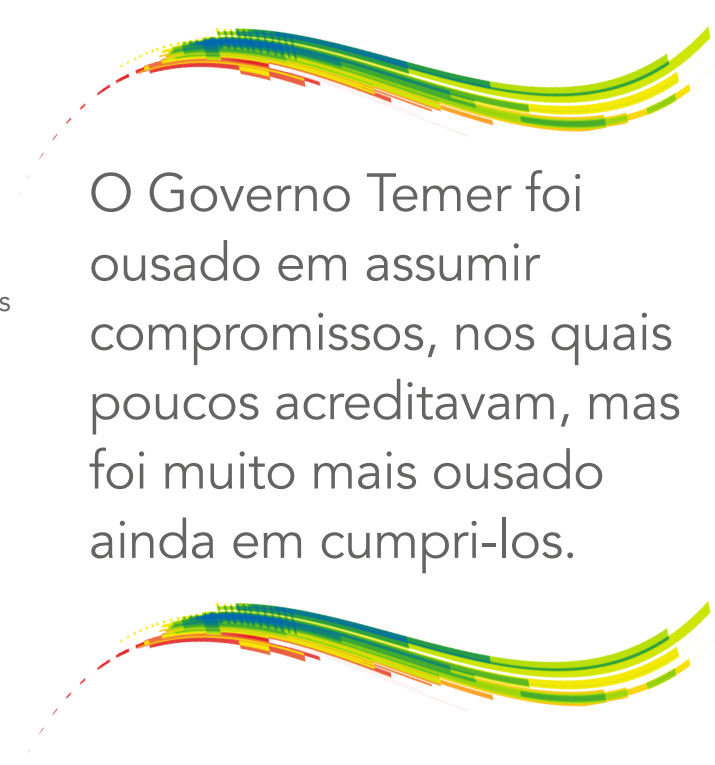
60% da empresa, terá uma grande valorização do seu investimento e, mesmo após a diluição do seu controle, continuará com participação estratégica no Conselho de Administração por meio de uma Golden Share.

Os problemas do setor não se limitavam à empresa estatal. Anos de intervencionismo criaram um ambiente de enorme incerteza para os agentes privados e afastaram os investidores. Com isso, o desenvolvimento da rede básica

foi muito prejudicado, devido à falta de interesse nos leilões de linhas de transmissão, o que poderia colocar em risco a segurança energética nacional. Várias mudanças regulatórias foram realizadas e o setor está progressivamente voltando à sua normalidade, em outro grande triunfo

da racionalidade na formulação de políticas públicas.

Dentro das severas limitações institucionais, legais e políticas que bloqueiam a ação do Poder Executivo para procurar o equilíbrio das contas públicas, o Governo Temer foi ousado em assumir compromissos, nos quais poucos acreditavam, mas foi muito mais ousado ainda em cumpri-los. Há um longo caminho a ser



O Governo Temer foi ousado em assumir compromissos, nos quais poucos acreditavam, mas foi muito mais ousado ainda em cumpri-los.

percorrido, mas o balanço das realizações e a recuperação da economia revelam que o Brasil tem reservas de energia e de vontade que podem perfeitamente nos conduzir a outro tempo, a outra realidade.

O que fica como testamento destes meses de regeneração da economia brasileira é que a qualidade do Governo é o que conta efetivamente. As manifestações de intenção ou de propósitos não significam nada se o Governo não tem os recursos políticos, ou não sabe como usá-los, para atingir os seus fins. Em sociedades democráticas complexas, onde o poder distribui-se numa rede de instituições, a tarefa de governar é essencialmente convencer e coordenar uma multidão de agentes, sabendo sempre que estruturas de interesses especiais

organizados estão sempre no caminho entre o Estado e a sociedade.

Para este propósito, o Governo precisa identificar corretamente os problemas com que tem que lidar e ter diante de si um mapa do caminho, compartilhado com a sociedade. Mais cedo ou mais tarde as evidências e os resultados acabarão por se impor, desde que o norte seja sempre o interesse coletivo.

Por último, mais uma vez, fica claro que nenhuma política social compensatória, por mais justa e efetiva que seja, substitui o crescimento econômico e o emprego. A recessão e o desemprego são o pecado mortal dos governos, pecado que não pode ser redimido.



Prosseguir ou retroceder?

O FUTURO ESTÁ MAIS PRÓXIMO. CONTRA TODAS AS EXPECTATIVAS, E APESAR DE MUITA OPOSIÇÃO, DE VARIADAS FONTES, O GOVERNO TEMER ESTÁ CUMPRINDO O QUE SE PROPÔS E O BRASIL É HOJE UMA ECONOMIA QUE ESTÁ NO CAMINHO DE COMPLETA RECUPERAÇÃO.

Estamos em pleno processo de crescimento da renda em todos os setores de atividade e em todas as regiões do país. Em breve o emprego começará a reagir de forma mais forte e os índices de pobreza começarão a recuar, encerrando este longo inverno recessivo.

Foram aprovadas mudanças legislativas e regulatórias que estão aumentando a eficiência da economia e devolvendo o dinamismo aos setores de infraestrutura, óleo e gás e energia elétrica. O agronegócio segue em plena expansão e a indústria voltou a crescer e a investir. Podemos crescer 3% em 2018 e também em 2019, com um aumento anual da renda por habitante próxima a 2,5%. A situação dos brasileiros em geral começou a melhorar e ainda vai melhorar muito mais ao longo dos próximos meses, quando os

efeitos do progresso chegarem às pessoas e ficar claro que haverá continuidade da política econômica do Governo atual.

No tempo que resta deste mandato e, principalmente, além dele, será preciso perseverar nesta rota programática, introduzindo novas mudanças para melhorar o desempenho da economia e dar mais fluidez ao ambiente de negócios. Será preciso progredir na simplificação do sistema tributário e dos processos tributários em geral, e tornar mais rápidos e transparentes os caminhos regulatórios que devem ser percorridos pelo investimento produtivo. Será preciso prosseguir nos leilões de concessão ou de partilha na exploração de petróleo e dar continuidade às concessões do setor elétrico, acelerando os investimentos privados nestes

setores. Será preciso, também, continuar com o esforço de modernização dos marcos que regulam as concessões de infraestrutura logística para atender principalmente às demandas do agronegócio. Será preciso, ainda, acelerar os esforços para a celebração de acordos comerciais com países e blocos econômicos, para nos livrar do isolamento a que fomos levados pela política ideológica. Tudo isto para gerar crescimento, emprego e renda para os brasileiros.

A interrupção deste processo, ou mesmo a mudança de seu ritmo, terá consequências inevitáveis e negativas. O impulso de crescimento, que já se manifesta em todos os indicadores e em todas as projeções, perderá sua força. As decisões de investimento que estão se formando na economia serão suspensas e, ao final, a inflação e os juros voltarão a subir. Por tudo o que vivemos nestes últimos anos, não é difícil avaliar o preço de um retrocesso.

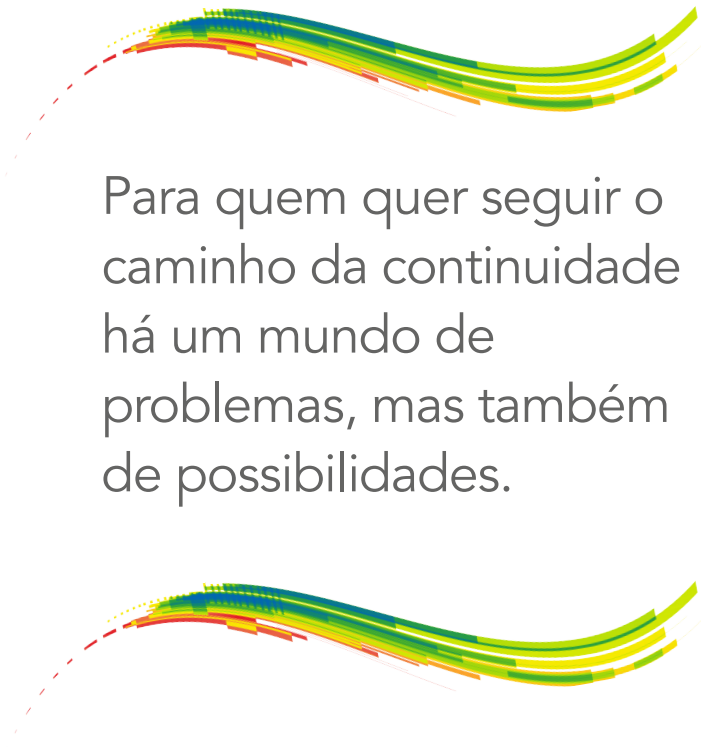
A sociedade brasileira estará, muito em breve, diante de uma escolha crucial: seguir em frente ou voltar atrás. Esta escolha se materializará nas eleições gerais de outubro, quando se renovarão

as casas do Congresso e se elegerá um novo Governo para o Brasil. Uma escolha que, como poucas vezes antes em nossa história política, determinará o futuro possível.

Sabemos que a escolha dos governantes nas sociedades democráticas modernas é um processo aberto a todas as possibilidades. A população vem perdendo a confiança nos partidos e nas instituições políticas. As questões que envolvem o governo de uma grande

nação democrática moderna são cada vez mais complexas, e são frequentemente distorcidas e manipuladas no debate político, nas redes sociais e mesmo na grande imprensa. Como os partidos se fragmentaram, e perderam em geral a identidade política ou ideológica, resta ao homem

comum fiar-se no apelo das personalidades, independentemente de suas ideias ou propósitos. Nesta quadra da vida nacional, no entanto, tendo em vista o que experimentamos entre 2011 e 2016 e o que conseguimos em dois anos de novas políticas, a opção para os eleitores pode ser radicalmente simplificada: continuar as políticas que deram certo e estão impulsionando a recuperação da economia brasileira, ou voltar



Para quem quer seguir o caminho da continuidade há um mundo de problemas, mas também de possibilidades.

às políticas que causaram recessão, desemprego, inflação e aumento da pobreza. Este tem que ser o cerne do debate eleitoral, e quem fugir dele estará claramente procurando enganar a população.

Para preservar os resultados alcançados e seguir em frente no sentido de uma nação mais desenvolvida, mais justa e que proporcione igualdade de oportunidades para as pessoas, acesso à educação de qualidade e saúde pública, independentemente da renda familiar e do local de nascimento, será preciso um Governo que tenha uma visão correta da situação do país. E que tenha, também, a coragem de dar consequência a esta visão, de forma sincera e responsável. Muitas das dificuldades políticas na aprovação de medidas necessárias provêm do fato de que, no processo eleitoral, os candidatos falsificam a realidade para seduzir os eleitores. Assim, acabam cristalizando na mentalidade coletiva a ideia de que há uma solução mágica para os problemas econômicos e sociais. A distância entre o discurso do candidato e a prática dos governantes é que tem corroído a confiança da sociedade no sistema político.

É indispensável dar mais consistência e falar a verdade no processo eleitoral, e para isto basta pensar em nossa experiência recente. Atravessamos um rio de águas tormentosas, e agora, uma vez na margem, não podemos desperdiçar a travessia. Podemos e devemos seguir em frente. O caminho ainda é longo e as dificuldades serão muitas. Mas certamente

aparecerão os que queiram retroceder e fazer o caminho de volta. Ou mesmo quem não saiba de onde veio ou para onde vai e não se importe com isto.

Para quem quer seguir o caminho da continuidade há um mundo de problemas, mas também de possibilidades. As novas etapas estarão muito facilitadas pelas mudanças já realizadas e pelo aumento da consciência social sobre a natureza dos nossos problemas. Foi dada plena transparência às desigualdades na distribuição dos recursos do Estado.

Ficou claro que os mais pobres e as crianças são verdadeiros órfãos do Estado, com o Governo federal comprometendo mais de 50% de seus recursos com aposentadorias e pensões. Somos um país que não consegue dar educação de qualidade aos seus filhos e ainda legará às novas gerações o encargo de lidar com uma dívida pública imensa, um país egoísta que consome seu futuro no presente.

As mudanças que iniciamos têm o propósito de reverter este estado de coisas, desta vez em favor da maioria imensa da população pobre, que vive num país rico. Com essa finalidade vieram as reformas e a busca pelo equilíbrio. As Constituições, no fundo, são um pacto de distribuição de direitos e obrigações na sociedade. Nossa Constituição de 1988, apesar de buscar a redução das desigualdades de renda e de promover o crescimento econômico, deu origem a um pacto muito desequilibrado. Acabou consagrando nossa grande

desigualdade e, em alguns casos, exacerbando o problema do crescimento excessivo das despesas públicas correntes. Isto comprometeu o equilíbrio fiscal e a capacidade de investimento do setor público. A verdade é que, a despeito de o Estado brasileiro reservar cerca de 40% do PIB para essas despesas, o efeito redistributivo desse gasto é pequeno, quando, por exemplo, comparado ao de países europeus.

A primeira escolha diz respeito à nossa trajetória fiscal de longo prazo. Apesar de tudo o que foi feito, em especial o estabelecimento do Novo Regime Fiscal (ou Emenda do Teto), a Constituição e algumas leis impõem ao Governo despesas obrigatórias. E elas independem do estado das contas públicas ou mesmo da economia. Se a economia se contrai e as receitas públicas diminuem, mesmo assim as despesas continuam crescendo.

Essas despesas são basicamente os vencimentos dos servidores públicos e os benefícios previdenciários. As despesas obrigatórias e automáticas realizadas em 2017 e as projetadas para 2018 chegam a 105% da receita líquida do Governo Central, ante 76% em 2011. Elas não dependem da receita e crescem continuamente quaisquer que sejam as circunstâncias. Mesmo que toda a despesa discricionária do Governo fosse cortada, o que é uma hipótese absurda, ainda assim incorreríamos em um déficit primário. Para que o equilíbrio fiscal seja possível será necessário, acima de qualquer outra medida, mudar as regras que determinam essas

despesas. Em especial as previdenciárias, que já representam mais da metade da despesa primária e, também, as regras que regulam os custos do serviço público em geral.

Uma sociedade que trata democraticamente o uso dos recursos públicos precisa devolver ao parlamento a plena autonomia para decidir sobre as despesas do Governo. No Brasil, a parcela da despesa que é decidida pela votação no Congresso é ínfima, menos de 10% do orçamento, pois a Constituição e as leis já distribuíram previamente quase todos os recursos. É uma situação disfuncional, que garante a perenização de privilégios e de alocações equivocadas. No caminho para um regime fiscal mais funcional e mais justo, é preciso devolver ao Congresso o poder de decidir sobre uma parcela maior de parte do orçamento. Assim é possível avaliar, ano a ano, o que é prioritário para a sociedade, dando-lhe finalmente um caráter impositivo. Afinal, historicamente, os parlamentos foram constituídos especialmente para votar os orçamentos.

E para que em algum momento da próxima década a dívida pública, como proporção do PIB, se estabilize e comece a cair, abrindo espaço para o investimento público e os gastos verdadeiramente sociais, como em educação, saúde e segurança pública, será necessário passar de um déficit primário de 2,5% do PIB para um superávit primário de 2,5%. Um saldo equivalente a 5 pontos percentuais do PIB. Esse ajuste será possível com o cumprimento

da Emenda Constitucional 95/2016, a Emenda do Teto dos Gastos, e a recuperação da arrecadação tributária com a volta do crescimento da economia.

A questão que se coloca ao futuro governante é simples: o novo governo se compromete a perseguir a meta de superávit primário necessária para a reversão fiscal? Vai prosseguir com a Reforma da Previdência e do serviço público para impedir que as despesas obrigatórias absorvam

toda a receita do governo? Ou vai contemporizar com o aumento vegetativo da despesa e a elevação da dívida pública, mantendo a desigualdade dos benefícios e a baixa produtividade do setor público? Neste caso, quase certamente, a inflação e os juros

voltarão a subir. Será que, mais uma vez, veremos a hegemonia das heterodoxias e do pensamento mágico que tanta ruína já nos causou? São questões que precisam vir ao debate para que a sociedade compartilhe das responsabilidades pelo seu próprio destino.

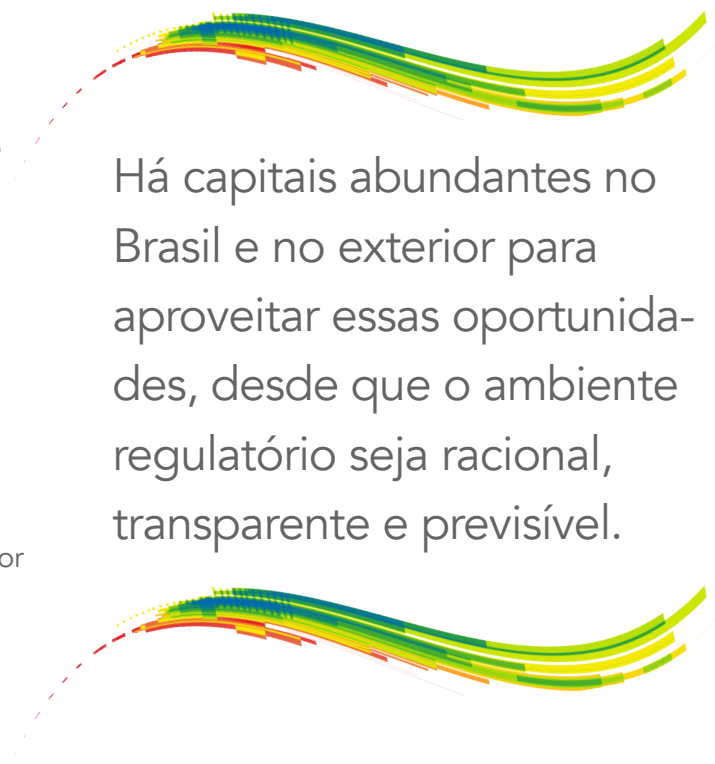
Outra decisão fundamental diz respeito à visão do Estado. O Governo Temer entendeu que esta é uma questão que deve ser enfrentada

com os olhos da realidade e não com os da filosofia política. O Estado brasileiro já superou largamente os seus limites e esgotou sua capacidade fiscal. Com uma carga tributária de quase 34% do PIB e com déficits nominais acima de 7%, ele absorve cerca de 40% da renda nacional. São números extravagantes se comparados aos dos principais países emergentes com um nível de gasto público e tributação semelhante ao de países ricos. As restrições para a expansão do Estado são agora

de caráter permanente, quaisquer que sejam os resultados dos ajustes fiscais. O crescimento do Estado, portanto, é uma questão vencida, qualquer que seja a posição política. Ao mesmo tempo, muitos serviços que são próprios da esfera pública, como segurança, saúde e educação básica, são insuficientemente

prestados à população. A única solução, portanto, é reduzir a presença estatal onde ela não é essencial e eliminar os gastos desnecessários ou redundantes.

Para isto o Governo decidiu, cumprindo uma das promessas de “Uma Ponte para o Futuro”, transferir para a iniciativa privada tudo o que não é necessariamente função do Estado. Com este propósito refez os modelos de concessão



Há capitais abundantes no Brasil e no exterior para aproveitar essas oportunidades, desde que o ambiente regulatório seja racional, transparente e previsível.

e de parcerias para atender, simultaneamente, às exigências do interesse público e à lógica dos empreendimentos privados. A ideia foi transferir rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia e sistemas de saneamento para a operação privada, sempre que os retornos econômicos justificassem solução de mercado. E sem a necessidade de incentivos e fantasias tarifárias custeadas pelo dinheiro dos impostos gerais. Há capitais abundantes no Brasil e no exterior para aproveitar essas oportunidades,

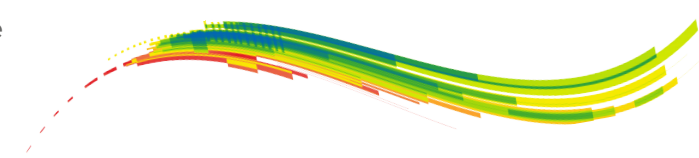
desde que o ambiente regulatório seja racional, transparente e previsível. Para aperfeiçoar o sistema, estamos aguardando a aprovação final, pela Câmara dos Deputados, de uma nova lei das agências reguladoras. Elas (as agências) ficarão submetidas às novas regras de governança e

voltarão a funcionar como guardiãs institucionais do interesse público. Fosse outra a nossa postura, nenhum investimento sairia do papel.

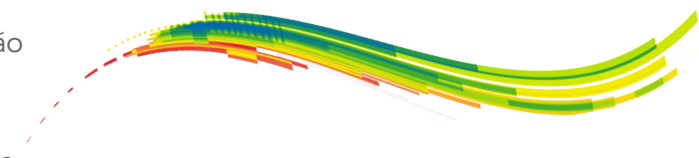
Submetemos ao Congresso um projeto que autoriza a transformação da Eletrobras numa verdadeira corporação, sem o controle majoritário da União, para que ela se torne mais eficiente e mais forte para realizar os grandes investimentos que o setor demandará nos próximos anos.

Mudamos o marco regulatório do polígono do Pré-Sal, liberando a Petrobras do encargo inviável de estar presente em todos os blocos exploratórios, como acionista e como operadora exclusiva, atraindo para o país as maiores empresas petrolíferas do mundo e adiantando em muitos anos a extração do óleo e gás que ainda jazem inexplorados. Assim iremos antecipar, também, o recolhimento de impostos e de royalties e a criação de empregos e renda que nosso petróleo deve propiciar à população.

Os nacionalistas de plantão, depois de assistirem em silêncio, por vários anos, o desmonte e o uso político da Petrobras, queriam agora manter no fundo do mar nossas jazidas. Certamente à espera do avanço das energias renováveis e da desvalorização do petróleo.



Nos últimos 50 anos, os mundos da produção e do trabalho avançaram mais de um século.



Para nós esta é a tarefa própria do Governo: zelar para que os impostos e a dívida pública parem de aumentar e assegurar que o país tenha a infraestrutura de uma nação desenvolvida, sem distinção de quem provê tais serviços. Mas esta é uma escolha a ser feita pela sociedade. Que ambiente queremos? Um Estado cada vez mais endividado, tentando fazer o que não pode e privando a economia e as pessoas de rodovias, aeroportos, energia, saneamento?

Ou, uma economia predominantemente de mercado, usando recursos privados e pondo à disposição das atividades produtivas o que elas precisam para investir, produzir, crescer e gerar empregos para as pessoas? Quem se apresentar para governar o Brasil neste momento terá que responder a esta questão com muita clareza, sem ambiguidades ou subterfúgios.

A questão seguinte é a decisão sobre o tipo de economia que queremos. O Governo Temer optou francamente por uma economia de mercado, baseada na iniciativa privada, na liberdade contratual e no livre comércio com o exterior. Esta é a única forma de organização econômica capaz de gerar riqueza, segundo as reiteradas lições da história. Com este propósito promoveu uma grande mudança na legislação do trabalho, abrindo espaço para a liberdade de contratar e de fazer acordos. Em nossa tradição corporativista e estatutária, as relações de trabalho precisavam ser tuteladas pelo governo e pelo Poder Judiciário, na suposição de que os empregadores são entes malignos e os trabalhadores são seres mentalmente insuficientes. Nos últimos 50 anos, os mundos da produção e do trabalho avançaram mais de um século e a nossa legislação permaneceu com a ilusão de barrar a passagem do tempo.

O país padece de uma cultura estatista, cujas origens vêm de longe. Ao mesmo tempo cultivamos um isolacionismo em relação ao exterior, o que explica porque ainda somos uma das grandes economias mais fechadas em todo

o mundo. O Governo Temer sinalizou todo o tempo no sentido contrário: para uma economia predominantemente livre, aberta à inovação e à mudança tecnológica e integrada às cadeias internacionais de valor. Mais uma vez aqui o povo brasileiro será chamado a escolher entre um padrão ou outro. E os candidatos têm o dever de tornar bem claras as suas posições. Mais uma vez a escolha é: prosseguir ou retroceder.

Um Estado sem excessos e mais equilibrado não significa um Estado mais fraco. A esse respeito nosso país vive um momento de transição, em que, muitas vezes, os papéis institucionais não estão inteiramente bem demarcados, o que tira potência do Poder Executivo. É para ele que se dirigem quase todas as demandas sociais. É ele que está permanentemente sob o escrutínio popular.

A Constituição de 1988, escrita quando as lembranças do regime militar ainda estavam vivas na memória da sociedade, organizou o novo Estado brasileiro segundo os moldes clássicos da separação dos poderes, mas manteve nas entrelinhas uma forte desconfiança com os possíveis excessos do Poder Executivo. Nesta linha ampliou as prerrogativas e o âmbito de ação das instituições de veto e de controle. Contudo, ao mesmo tempo, estendeu o campo de ação do Executivo na provisão de um conjunto ampliado de serviços, na área da saúde, da educação e da segurança e assistência social.

A prática da Constituição nestes trinta anos de vigência tem sido a diluição dos poderes do

Executivo e o transbordamento da intervenção das instituições de controle, Tribunais de Contas, Ministério Público e Poder Judiciário, que frequentemente tornam-se instrumentos alternativos de governo. A diferença é a de que não se submetem, eles próprios, a qualquer

espécie de controle e nem se limitam por restrições fiscais. Este ambiente fragiliza o Governo propriamente dito, inibe suas iniciativas e enfraquece sua capacidade de reação diante das exigências da vida real.



O futuro que vamos construir

O AJUSTE FISCAL E AS REFORMAS DO ESTADO NÃO SÃO UM FIM EM SI MESMO. SEU PROPÓSITO É TORNAR O CRESCIMENTO POSSÍVEL.

O crescimento também não é um fim em si mesmo. Seu objetivo é aumentar as vagas de emprego e a renda dos trabalhadores, aumentar a igualdade de oportunidades e promover maior segurança econômica e social para todos.

Por mais duro que seja reconhecer, nos últimos 30 anos, descontados alguns breves períodos, o crescimento econômico do Brasil foi decepcionante. A nossa distância em relação aos países mais relevantes ampliou-se em vez de reduzir-se. Em 1980 nossa renda per

capita equivalia a 40% da renda dos Estados Unidos, segundo dados do FMI, usando o conceito de paridade do poder de compra das respectivas moedas. Hoje ela recuou para o equivalente a 25%. No mesmo período, a renda por habitante da Coreia do Sul era a metade da nossa, hoje é simplesmente o dobro. Nossa trajetória média, em todo esse tempo, tem sido de empobrecimento em relação aos países desenvolvidos, e mesmo em relação aos emergentes.

Nos anos mais recentes, o fenômeno de nosso empobrecimento relativo tornou-se ainda mais agudo. Entre 2014 e 2017 a economia brasileira recuou cerca de 7%, enquanto os Estados Unidos cresceram 9,5%, países da zona do Euro, 7,8% e o mundo (incluindo a China e a Índia) 14%.

A falta de crescimento sustentado foi parcialmente amortecida por algumas políticas sociais compensatórias, cuja expansão está limitada doravante pela fragilidade fiscal de todas as esferas de governo. Daqui para a frente o crescimento econômico tornou-se um imperativo, pois, sem um forte crescimento da renda, o ajuste fiscal será excessivamente penoso e o mal-estar social pode tornar-se insuportável.

Uma questão tem que ser posta claramente para a sociedade. Vamos nos conformar com esta realidade ou vamos enfrentar os nossos problemas? A dramática reversão da nossa última crise deve ter demonstrado que um diagnóstico correto, políticas públicas adequadas e a capacidade política de um Governo produzem efeitos concretos, que podem seguramente colocar o país novamente na rota do crescimento. Um futuro diferente não será obra do acaso, mas dependerá da nossa razão e de nossa vontade para melhorar as políticas públicas e promover as reformas necessárias para que o Brasil encontre, definitivamente, o caminho do desenvolvimento sustentável.



Crescimento econômico e produtividade

O CRESCIMENTO BASEADO NO AUMENTO DA FORÇA DE TRABALHO E NA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO SETOR PRODUTIVO É UM MODELO QUE SE ESGOTOU. A POPULAÇÃO COMEÇA A ENVELHECER RAPIDAMENTE E A CAPACIDADE FISCAL DOS GOVERNOS ESTÁ EXAURIDA. O CRESCIMENTO VAI DEPENDER AGORA DA INICIATIVA PRIVADA.

Os seus motores principais deverão ser o investimento e o aumento da produtividade.

Uma nova política de desenvolvimento deve ter como objetivo criar o ambiente adequado para atrair os investimentos privados, garantir-lhes os retornos necessários e, ao mesmo tempo, promover uma melhor capacitação das pessoas para acelerar a elevação da produtividade.

Excetuado o setor do agronegócio que, por atuar em regime de concorrência aberta e competir nos mercados externos, manteve-

se sempre competitivo e com elevação permanente da produtividade, os demais setores produtivos do Brasil operam com produtividade praticamente estagnada e com grandes diferenças de produtividade entre empresas de um mesmo setor.

Muitos fatores explicam a baixa produtividade de nossa economia, especialmente na indústria e nos serviços. Em primeiro lugar figura a falta de concorrência. Seja interna, em virtude de um ambiente de negócios pouco favorável à

entrada de novas empresas, seja externa, em razão do nosso elevado protecionismo, fruto da cultura histórica do desenvolvimento por substituição de importações.

Em seguida vêm as políticas públicas, que se concentram em subsídios a empresas existentes, distorcendo os mercados de capital e de trabalho, ao invés de promover a competição e a inovação. Em muitos casos, as empresas de baixa produtividade permanecem no mercado devido à existência de subsídios e à falta de concorrência.

É preciso reconhecer que as empresas brasileiras operam em um ambiente de custos elevados, chamados de “Custo Brasil”: mercados financeiros ineficientes e com baixa competição, juros de crédito excessivamente altos, sistemas de impostos desnecessariamente complicados e onerosos, infraestrutura logística precária, regulação complexa e em constante mutação, baixa qualidade da mão de obra e insegurança jurídica.

Estas condições afetam o funcionamento de todas as atividades produtivas e de todas as empresas, mas a tradição dos governos não tem sido o combate sistemático a estas imperfeições e a estes custos. Tentam aliviar os seus efeitos por meio de subsídios, proteção cambial, isenções e desonerações fiscais, regras de conteúdo local e tantos outros expedientes orientados para setores e regiões específicas, em detrimento do todo.

Estes benefícios não estimulam a produtividade, diminuem a concorrência e distorcem os mercados, dando proteção às empresas já existentes. Nada disso é recente. Na verdade, tornou-se um traço quase permanente de nossa cultura econômica, desde a década de 50.

Acreditamos que o crescimento que desejamos e de que necessitamos tem que ser focado em políticas que promovam a elevação sustentada da produtividade e do investimento produtivo para toda a economia. O primeiro passo será abrir os mercados à concorrência, seja interna ou externa. É imperativo promover uma maior integração brasileira à economia internacional. E isto por meio da redução dos níveis de proteção tarifária e não tarifária e facilitando o acesso de empresas nacionais a novos bens de capital, tecnologias e insumos a preços internacionalmente competitivos. Enfim, abrindo caminho para que se integrem nas cadeias internacionais de valor. No mundo globalizado o isolamento não é mais uma alternativa.

Ao mesmo tempo, é preciso, através de inúmeras reformas microeconômicas, reduzir os custos de fazer negócios no país e eliminar as distorções induzidas pela ação governamental.

É preciso canalizar o gasto público e os incentivos de qualquer natureza para a inovação.

Uma política de apoio ao setor produtivo deve ser uma política de promoção horizontal da competitividade e da inovação. Estas políticas

devem ser acompanhadas de alguma forma efetiva de monitoramento, com mecanismos transparentes para se acompanhar o seu sucesso ou seu fracasso. O foco deve ser a inovação ou a descoberta de novas atividades, cujos custos podem ser desenhados de modo a não pesar excessivamente na despesa pública.

O fracasso do apoio ao setor produtivo nos governos anteriores pode ser avaliado se nos lembrarmos de que os empréstimos do Tesouro Nacional aos bancos públicos, com este propósito, passaram de 0,5% do PIB para 9,5%, entre 2010 e 2015. E o custo acumulado dos subsídios das operações do BNDES, de 2010 a 2016, passou de R\$ 170 bilhões. Apesar disso, o setor industrial como um todo não cresceu significativamente nem se tornou mais competitivo. Um estudo do IPEA, na verdade, chama esta década de “a década perdida” nas exportações de bens manufaturados, que, em 2017, ficaram 0,7% abaixo do seu valor em 2008. Sua participação em nossa pauta de exportações caiu de 74 % em 2000 para 51% em 2017. São números que não deixam margem para qualquer dúvida.

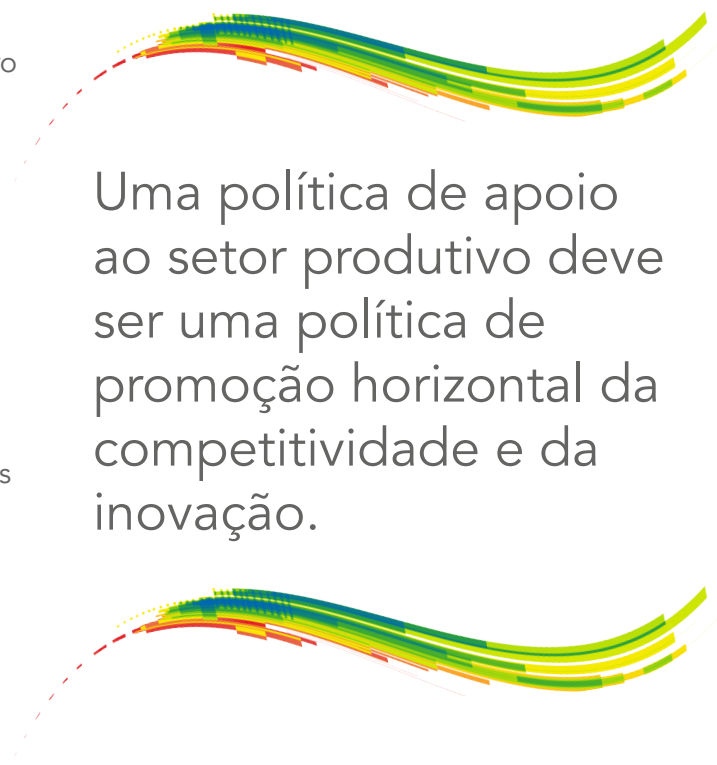
O agronegócio tem sido um caso à parte, tendo crescido e se tornado internacionalmente competitivo e com um nível de subsídios inferior ao da maioria dos países. Seu papel no crescimento brasileiro deve tornar-se cada vez maior, graças à tecnologia de que dispomos e da capacidade empreendedora do setor. Cabe ao Governo Federal, neste processo, viabilizar os investimentos privados em logística

e propiciar um ambiente de negócios mais previsível e mais livre. E, também, proteger o setor de ataques ideológicos e dos preconceitos difundidos pelo extremismo cultural e político, de raízes internacionais. Além de colaborar no esforço de abertura de novos mercados no exterior.

A nossa firme convicção

é a de que a inovação, a livre competição e o aumento do investimento e da produtividade são os únicos caminhos para o crescimento sustentado do Brasil. Esta será a nossa política de desenvolvimento.

A outra pauta é o melhor compartilhamento dos frutos do crescimento e o combate à pobreza e à desigualdade.



Uma política de apoio ao setor produtivo deve ser uma política de promoção horizontal da competitividade e da inovação.



O Estado a serviço das maiorias

UM ESTUDO RECENTE DO BANCO MUNDIAL, COM O TÍTULO DE “UM AJUSTE JUSTO”, CONCLUIU SEM MEIAS PALAVRAS: O GOVERNO BRASILEIRO GASTA MAIS DO QUE PODE E, ALÉM DISSO, GASTA MAL.

Os déficits constantes paralisaram o crescimento econômico e acentuaram as desigualdades, porque o aumento dos gastos fiscais não elevou o investimento público, nem beneficiou predominantemente as camadas mais pobres da população.

O ajuste fiscal necessário e as reformas do Estado são indispensáveis, mas, ao contrário de experiências passadas, podem e devem ser feitas sem prejudicar os mais pobres e melhorando, ao mesmo tempo, a qualidade e o foco das verdadeiras políticas sociais. As despesas da União com pessoal e gastos previdenciários no Orçamento de 2018, por exemplo, absorverão 73% da receita federal líquida. E não beneficiarão a imensa maioria da população necessitada, sendo em grande parte

instrumento de reprodução e até ampliação das desigualdades sociais.

Se as políticas públicas do Governo Temer tiverem continuidade após 2018, o crescimento da economia e dos empregos pode prosseguir por muitos anos, propiciando uma melhoria generalizada do padrão de vida das pessoas. Mas, dada a grande desigualdade que marca a sociedade brasileira, só o crescimento econômico não é suficiente para combater a pobreza, nem para assegurar uma maior igualdade de oportunidades, que é a razão de ser das sociedades democráticas e deve ser o nosso propósito principal.

As políticas sociais de educação, saúde e combate à pobreza, bem como os serviços de segurança pública, precisam continuar a ser

reformadas. Mas é inegável que será necessário, em alguns casos, também um aumento dos gastos. O espaço fiscal para este fim terá que vir da Reforma da Previdência, da Reforma do Serviço Público e da diminuição das despesas com políticas de apoio ao setor produtivo, por meio de subsídios ao crédito e de isenções e desonerações fiscais. Estas despesas não produziram resultados em termos de aumento

da competitividade e chegaram a consumir mais de 6% do PIB nos últimos anos. A criação deste espaço fiscal que visa não apenas deter o crescimento da dívida pública, mas também financiar as diversas políticas sociais, constituirá uma grande transferência de renda em favor da imensa maioria da população. E irá inverter, pela primeira vez, os resultados do conflito distributivo que se trava no interior do Estado brasileiro.



Combater a pobreza

O BRASIL, AO LONGO DE SUCESSIVOS GOVERNOS, CRIOU UM IMPORTANTE SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL, COMPARÁVEL, ATÉ MESMO, AO QUE HÁ DE MAIS EFETIVO NO MUNDO DESENVOLVIDO.

Na ausência destes programas, baseados em transferências de renda, nossos níveis de pobreza e de miséria teriam alcançado uma escala insuportável. Temos que reconhecer que estas transferências são um dos usos mais justos dos recursos públicos.

Os diversos programas de transferência de renda administrados pelo Governo Federal,

como a Aposentadoria Rural e os Benefícios de Prestação Continuada, têm aliviado as consequências da exclusão social e da pobreza. Muito especialmente em relação às populações mais velhas, ao absorver recursos fiscais da ordem de 2,3% do PIB para beneficiar 14,4 milhões de idosos e portadores de necessidades especiais. Tanto nas cidades como nas áreas rurais.

O Bolsa Família, por sua vez, com mais foco nas populações mais jovens e nas crianças, beneficia 14 milhões de famílias, consumindo apenas 0,5% do PIB. Isto demonstra que, até em relação às camadas mais pobres da população, a ação do Estado tem sido muito desigual.

Estes programas têm que continuar, mas podem ser mais bem administrados e focalizados nos mais pobres, como é o caso do Bolsa Família.

A prática de gestão destes programas e as recomendações de instituições que acompanham com seriedade a nossa experiência nos sugerem a integração de todos os benefícios pecuniários não contributivos apoiada num cadastro único. E sob comando de uma mesma autoridade, mas com execução descentralizada.

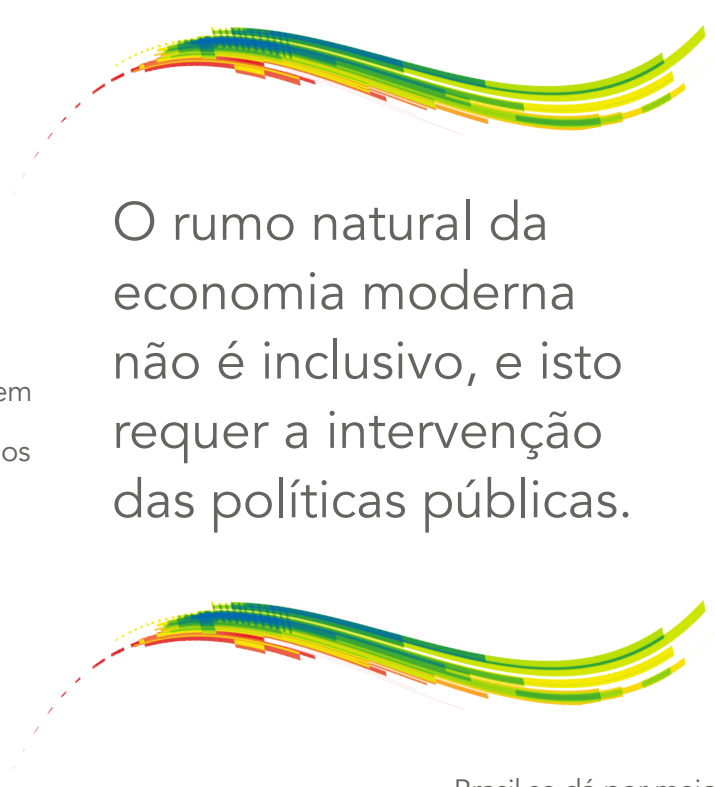
O volume combinado de recursos é elevado, e com esta integração poderemos aperfeiçoar a focalização, de modo a aumentar a proteção efetiva dos mais pobres.

As críticas superficiais e de fundo ideológico a estas transferências não levam em conta que as mudanças no mercado de trabalho e nas tecnologias de produção têm reduzido estruturalmente as oportunidades de trabalho

não qualificado, seja na cidade ou no campo. Vastos contingentes de brasileiros não tiveram, no tempo próprio de sua formação, as oportunidades educacionais necessárias a uma plena inserção no mercado moderno de trabalho. Cabe à sociedade e ao Estado repararem esta falha. O rumo natural da economia moderna não é inclusivo, e isto requer a intervenção das políticas públicas, sempre

levando em conta que o Estado brasileiro até hoje tem sido muito mais generoso com as parcelas mais afluentes da população.

Mas é claro que apenas as transferências de renda não bastam. Outras políticas são necessárias. A maior parte dos chamados gastos sociais no



O rumo natural da economia moderna não é inclusivo, e isto requer a intervenção das políticas públicas.

Brasil se dá por meio do pagamento de aposentadorias e pensões. Transferências essas que se direcionam, preponderantemente, para o meio da escala de distribuição de renda e representa perto de 14% do PIB. Valor que, para um país com a estrutura demográfica do Brasil, é excessivo e termina por tirar espaço fiscal para que o Estado possa investir mais em saúde e segurança pública, políticas sociais de alcance universal.

A situação do Brasil, a esse respeito, aproxima-se do limite. Nos próximos três anos, 2018-2020,

o aumento nos pagamentos de aposentadorias e pensões, sem a Reforma da Previdência, será em média de R\$ 60 bilhões por ano, só na esfera federal. Valor muito acima do espaço fiscal permitido pela regra do Teto Constitucional para o crescimento das despesas, que ficará em média abaixo de R\$ 50 bilhões por ano.

O Brasil do século XXI não consegue mais suportar aposentadorias precoces, um regime que acaba prejudicando os mais pobres, que se aposentam pelo tempo mínimo de contribuição. E já estão sujeitos a uma idade mínima de 65 anos para os homens e de 60 anos para as mulheres.

Isso precisa mudar para que o Estado redirecione suas prioridades para saúde, educação e segurança pública. É preciso investir mais na infância, com o intuito de promover mais a igualdade de oportunidades e, assim, tornar o destino de uma criança cada vez menos dependente de sua origem familiar e de seu lugar de nascimento. O Brasil, com uma despesa pública de cerca de 40% do PIB, tem todas as condições para melhorar seu gasto social sem aumentar a tributação. Mas para isso é necessária, acima de tudo, uma reforma verdadeira da Previdência.



VIVEMOS NA ERA DO CONHECIMENTO. O DESTINO E O PAPEL DAS PESSOAS NA SOCIEDADE E NA ECONOMIA SÃO DETERMINADOS POR SEU ACESSO À INSTRUÇÃO, À COMPETÊNCIA TÉCNICA.

Isto torna a educação a maior e mais decisiva política de inclusão social, a única que realmente pode libertar o indivíduo das restrições da pobreza e lhe conferir cidadania de fato.

Todas as avaliações da educação no Brasil revelam que nossos resultados são insatisfatórios, mesmo quando relacionados a países estruturalmente comparáveis ao nosso. Aqui, as despesas públicas com educação, no entanto, têm crescido muito nos últimos anos, acima dos níveis observados em países equivalentes, como assinalou o Banco Mundial em relatório recente. O Brasil gasta atualmente cerca de 6% do PIB em educação, índice superior à média dos países integrantes da OCDE, dos países que fazem parte dos BRICS e dos países da América Latina. Isto significa que a falta de resultados efetivos não está na falta de recursos, como muitas vezes se alega. E que as restrições fiscais do presente não interferem numa ampla melhoria do sistema

educacional público. Será necessário apenas que os recursos sejam melhor aplicados, com os incentivos corretos para premiar as boas escolas e os bons professores.

É inegável que melhoramos muito no alcance da escolaridade e mesmo nos níveis de conclusão e de aprendizagem nos últimos vinte anos, mas ainda temos altas taxas de reprovação e de evasão escolar. No ensino fundamental nossa taxa de evasão situa-se em torno de 25%, o dobro da observada em países estruturalmente semelhantes. E 35% dos alunos repetiram algum ano no ensino fundamental em 2015. Neste mesmo período escolar, a nossa taxa de conclusão do ensino médio, entre pessoas abaixo de 25 anos, era de 59% contra 92% na Coreia e 86% no Chile.

Um estudo do IPEA sobre desigualdade e pobreza no Brasil mostrou como as defasagens

na escolaridade da população explicam de modo significativo as nossas desigualdades de renda, e, no que se refere ao mercado de trabalho, as diferenças de escolaridade entre os trabalhadores representam os principais determinantes das desigualdades salariais.

Em suma: gastamos muito com educação, mais do que a maioria dos países, tanto ricos como pobres, em proporção do PIB. No entanto, os resultados da educação não têm sido capazes de habilitar a maior parte da população jovem a ingressar com vantagem no mercado de trabalho e a elevar-se na escala social e econômica.

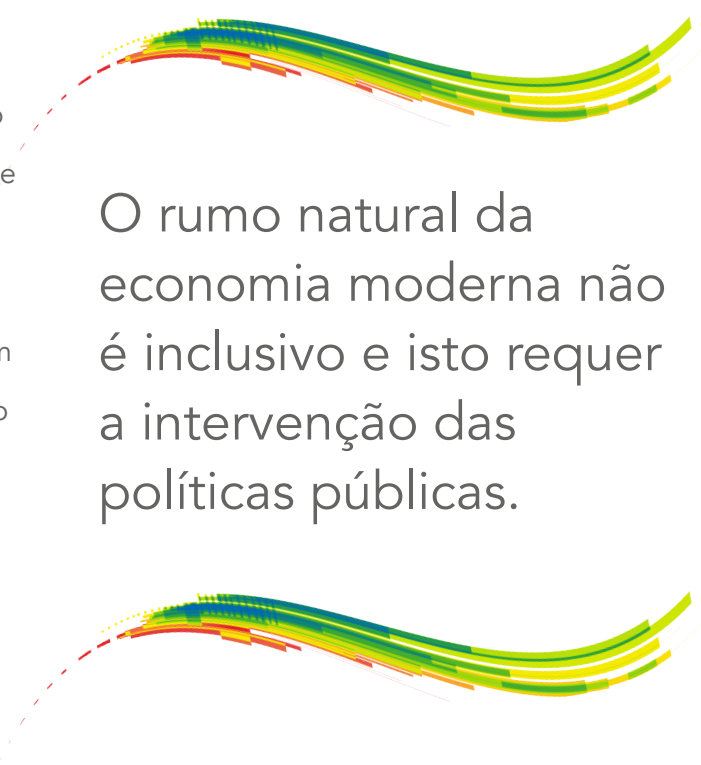
Neste fato reside a principal causa da pobreza, da desigualdade e da baixa produtividade, que, juntos, impedem o país de crescer.

Em “A Ponte para o Futuro” já havíamos deixado claro este diagnóstico e propusemos como programa: prioridade para o ensino fundamental e médio, foco na qualidade do aprendizado e na sala de aula, maior presença do Governo Federal no ensino básico, olhar centrado na qualificação e nos incentivos aos professores e, ainda, diversificação do ensino médio, de acordo com a vocação e o interesse do aluno.

Em menos de dois anos de Governo Temer, coerentemente com as promessas, foram aprovadas uma abrangente reforma do ensino médio, conforme as diretrizes prometidas, e uma base nacional comum curricular para o ensino fundamental. Além de ser posta em processo de consulta uma base curricular comum também para o ensino médio. Medidas que resultaram numa ampla reforma da

educação pública.

Para os próximos anos a ênfase deve ser dada à qualificação dos professores e aos incentivos remuneratórios, baseados em resultados efetivamente avaliados, para que as mudanças sejam de fato implementadas.



O rumo natural da economia moderna não é inclusivo e isto requer a intervenção das políticas públicas.

Dada a nossa atual dinâmica demográfica, com a diminuição, já de alguns anos, das taxas de natalidade, haverá uma queda rápida de alunos na rede pública, especialmente no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste. Nestas regiões não haverá necessidade de aumento do número de professores ou de salas de aula, o que propiciará espaço fiscal para que se invista na qualidade do ensino. No Norte e no Nordeste, uma elevação de gastos ainda se fará necessária, seja por aumento de alunos, seja para a melhoria do ensino.

As desigualdades na educação reproduzem e aprofundam as desigualdades na sociedade. Com as exigências crescentes da sociedade no conhecimento, nosso futuro corre o risco de ser mais desigual do que o presente. Pesquisas recentes na Europa demonstram que o ambiente social e familiar de onde as crianças provêm são o principal determinante dos resultados da aprendizagem, muito maior do que a própria qualidade das escolas e do ensino.

Por esta razão, além de melhorar o ensino e as escolas, se a educação é de fato o principal fator de inclusão e se o objetivo da sociedade é igualar as oportunidades, nossa primeira necessidade é, por meio de políticas públicas, contrabalançar as desigualdades oriundas da origem social das crianças e do seu local de nascimento.

Para isso é preciso universalizar a educação infantil e o ensino em tempo integral, especialmente para as crianças de famílias mais pobres. É sabido que os primeiros anos da infância são decisivos para o desenvolvimento das capacidades cognitivas, e é neste momento que deve iniciar-se o processo educacional. Se falharmos aí todas as etapas posteriores serão prejudicadas. Precisamos criar recursos para esta finalidade, reduzindo os desperdícios no próprio setor, alterando prioridades equivocadas e eliminando os privilégios nos sistemas de previdência e no serviço público em geral. Esta é uma tarefa de toda a nação e a primeira prioridade social.

As obrigações educacionais estão repartidas entre as três esferas federativas, mas a requalificação do nosso ensino precisa de forte liderança federal, não só por meio de recursos técnicos e financeiros, como também por recursos políticos. Assim será possível transformar a próxima década na “Década da Educação para o Desenvolvimento e para a Igualdade”, integrando o setor privado e o público com metas claras e objetivas, que possam ser acompanhadas por toda a sociedade. O Brasil não pode mais ocupar os últimos lugares nos testes de avaliação de aprendizagem e, principalmente, não pode permitir que permaneçam fechadas as portas da inclusão e da ascensão social aos que foram sempre excluídos.

Por último resta o desafio de trazer para o processo educacional todos os avanços das tecnologias da informação, que estão revolucionando os aspectos da produção e da vida. Nosso ambiente educacional público é muito tradicional, ainda preso aos processos analógicos, mais caros, menos eficientes e atrativos para a juventude de hoje. Nos países desenvolvidos a educação está sendo totalmente transformada, e, tal como a comunicação, a música e o entretenimento, pode estar disponível a custos extremamente baixos.

Precisamos de uma revolução nas salas de aulas: a revolução digital. Este é o caminho do futuro. Vamos investir nele.



Os desafios da saúde

O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE É UMA DAS GRANDES POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL DA HISTÓRIA BRASILEIRA.

Com todas as deficiências que apresenta, é indiscutível que a assistência à saúde dos brasileiros melhorou após a sua criação, especialmente pela universalização da atenção, garantida pelo Sistema.

A maioria dos sistemas públicos de atendimento à saúde no mundo operam hoje em condição de crise. Isto em razão do envelhecimento e da maior longevidade da população, assim como do aumento exponencial dos custos de medicamentos, de exames e de internações hospitalares. E, em parte, por causa dos avanços científicos e tecnológicos. No Brasil não poderia ser diferente.

Nosso volume de gastos públicos com saúde não é pequeno e, se somado aos gastos privados, chega a atingir 9,2% do PIB, valor muito próximo ao dos países mais ricos da Europa. Mas a cada dia se mostra mais insuficiente, devido às condições acima referidas e, ao contrário de países com sistema

de saúde universal, porque no Brasil a maior parte do gasto com saúde ainda é privado.

Uma política de saúde mais efetiva, portanto, tem necessariamente que contemplar um aumento dos gastos públicos em todas as esferas federativas, principalmente da União. Hoje ela gasta cerca de 1,7% do PIB, menos da metade do gasto público total, que é de 3,9% do PIB, sendo a maior parte a cargo dos Estados e dos Municípios. Para que isso aconteça será necessário que, ao longo dos anos, o Brasil corrija a composição do gasto público, para permitir um maior desembolso na saúde pública, em conjunto com a melhoria das práticas de gestão.

No documento "A Travessia Social", da Fundação Ulysses Guimarães, que deu sequência ao "Uma Ponte para o Futuro", várias recomendações foram sugeridas para tratar das complexas questões que envolvem o Sistema Público de Saúde. Nestes vinte meses

de Governo Temer, a principal recomendação, a informatização do Sistema, foi em grande medida executada. O Ministério da Saúde implantou o prontuário eletrônico em 17 mil unidades básicas de saúde e, até o final deste ano, todas as 43 mil unidades existentes terão recebido o sistema, os equipamentos e o treinamento necessário. E isto apesar das muitas resistências corporativas e de fornecedores, que lucram com o descontrolado.

O custo da informatização foi da ordem de R\$ 1,5 bilhão, podendo gerar uma economia potencial de R\$ 22 bilhões anualmente.

Nos próximos anos será necessária uma maior integração do Sistema, de modo a reduzir custos e ineficiências, já fartamente detectadas, e aperfeiçoar as portas de entrada, através do programa de Saúde da Família.

Será preciso aprofundar a organização do sistema em rede, para melhor uso dos recursos

e para atender às exigências de escala no caso de hospitais que não podem ser muito pequenos. A organização em nível regional, e não municipal, dos centros de média e alta complexidade, já funcionando em alguns Estados, precisa ser estendida a todo o país.

Por fim, a liderança política e técnica do Governo Federal não pode faltar, para dar ao sistema integração e sinergia.

Fazendo as reformas econômicas necessárias, pouparemos recursos fiscais preciosos que poderão estar à disposição das ações que melhoram a vida da maioria da população.

Em suma, o que precisamos e vamos fazer: montar a estrutura organizacional em rede, realizar uma ampla informatização do sistema e aumentar os recursos públicos da União, para entrar finalmente no século XXI.



A questão nordestina

O NORDESTE ABRIGA 28% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E DETÉM APENAS 14% DA RENDA NACIONAL.

Esta é a questão nordestina, que vem desafiando sucessivos governos e variadas estratégias, por mais de um século. A desigualdade econômica regional não é um fato do destino, mas sim de forças históricas que os homens têm condições de reverter.

Pensamos uma estratégia diferente para o Nordeste. Em primeiro lugar, os problemas da região não devem ser considerados na perspectiva geral das políticas de desenvolvimento regional, mas sim separadamente, constituindo uma prioridade especial. Afinal, não estamos tratando de um território, mas de 60 milhões de pessoas, quase um terço dos brasileiros, dos quais metade vive no semiárido.

A segunda diferença é que, historicamente, as políticas públicas têm sido focadas nas carências e nos problemas da região. Nós pensamos em partir de uma visão oposta, a dos recursos, das riquezas e das potencialidades regionais, pois elas existem e são um diferencial em relação ao resto do país.

Na nossa visão, o Nordeste tem vantagens competitivas fortes em alguns setores, e o caminho mais efetivo para o crescimento regional é o investimento nestes setores.

Explorar esta perspectiva certamente vai revelar um grande número de atividades a serem exploradas. Mesmo correndo o risco da simplificação, algumas áreas são óbvias.

O movimento para fontes limpas de energia é irreversível. A ênfase na energia hidroelétrica privilegiou o Sudeste e o Norte do país, mas as fontes mais acessíveis estão se esgotando. Chegou o tempo da energia eólica e solar, e o local preferencial para os novos investimentos só pode ser o Nordeste, seja no semiárido, seja na região costeira. Hoje esta é uma tarefa do setor privado, mas o Estado mantém um forte poder regulador e a prerrogativa do planejamento. Toda a política pública de energia deve estar voltada para transformar o Nordeste no grande polo de energia do país, com todas as consequências econômicas deste fato, em termos de emprego, pagamento de

tributos locais e estaduais e desenvolvimento urbano consequente.

Outras riquezas do Nordeste são o clima e o solo, propícios para agricultura irrigada de alta intensidade e grande valor agregado, como a fruticultura moderna. O recurso escasso é a água, mas com a tecnologia disponível podemos equacionar a questão. As obras físicas da transposição do São Francisco estão praticamente concluídas. O desafio é aumentar e estabilizar a vazão do grande rio, e para isso é necessária uma política pública inserida não num objetivo ambiental, mas no âmbito da questão nordestina. Recursos tributários ou provenientes de privatizações e concessões devem ser canalizados para este fim em grande escala. Na verdade, numa escala de alta emergência e prioridade.

Paralelamente devemos cogitar, em termos práticos, a transposição das águas do rio Tocantins para afluentes da bacia do São Francisco. As primeiras estimativas apontam para a sua viabilidade ambiental e econômica. O Nordeste tem de ser o grande polo de agricultura irrigada do país, com milhares de hectares possíveis para irrigação. Neste plano não devemos abandonar o estudo do aproveitamento dos aquíferos subterrâneos que já fornecem água a projetos de grande escala no Rio Grande do Norte e Ceará.

Ainda no agronegócio, a hora é do sul do Maranhão, do sul do Piauí e do oeste da Bahia.

Lá a agricultura moderna e de grande escala para exportação já é uma realidade. Resta ao Estado prover o marco regulatório adequado para investimento público e, quando possível, atração de investimento privado para construção da infraestrutura necessária, ferrovias, estradas e portos, para que tenhamos ali um novo Centro-Oeste para o Brasil.

Neste capítulo, as ferrovias Transnordestina, com seus ramos que se destinam aos portos de Pecém e de Suape, e Fiol, ligando o oeste da Bahia ao porto de Ilhéus, precisam ser concluídas, mesmo com um misto de recursos públicos e privados. Há um componente estratégico nestes investimentos que os tornam merecedores de uma abordagem especial.

No plano ainda da infraestrutura, tanto os portos quanto as rodovias precisam ser melhorados, e devem estar no topo das políticas de privatização e concessão. Com certeza merecem algum empurrão regulatório, que os torne tão competitivos quanto as concessões nas áreas e mercados já desenvolvidos.

O Nordeste tem muito mais atrativos potenciais para o turismo, seja no campo das paisagens naturais ou do clima e cultura, do que o próprio Caribe. Por isso, é indispensável um programa para dotar as cidades costeiras de infraestrutura turística de primeiro mundo. E para viabilizar essa modernização, podem ser mobilizados o BNDES, a Caixa, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, no âmbito de um programa de

longo prazo que possa atrair investidores e empreendedores internacionais. O turismo é uma das atividades do futuro, uma das fontes principais de novos empregos no mundo, e o Nordeste tem grandes vantagens comparativas em relação ao resto do país.

Esta nova abordagem pode e deve ser muito mais desenvolvida com o tempo, mas o importante é colocar o Nordeste no topo das prioridades de políticas públicas, como questão econômica e como questão social.



Segurança Pública

A CONSTITUIÇÃO, EM SEU ARTIGO 144, AFIRMA QUE A SEGURANÇA PÚBLICA É DEVER DO ESTADO.

Sendo assim, é dever de todos os entes federativos, União, Estados e Municípios, cada um na medida de suas atribuições e competências.

Os níveis de criminalidade no Brasil são absolutamente excepcionais, muito acima de outros países equivalentes ao nosso. E, apesar de todos os esforços, em algumas áreas os índices de violência não cessam de crescer. Tanto nas grandes como nas pequenas cidades. Tanto

nas zonas urbanas como no campo. Trata-se de um problema de natureza nacional, requerendo a participação de todos, inclusive da sociedade.

Em algumas localidades chegamos ao cúmulo da existência de áreas urbanas subtraídas à ação do Poder do Estado. Áreas dominadas por facções criminosas, com estruturas de comando definidas, grande poderio bélico e ações de enfrentamento constantes com o Poder Público, num desafio aberto à soberania do Estado. Embora toda

a sociedade se sinta ameaçada, o auge da violência atinge as populações mais vulneráveis nas periferias das grandes cidades, em alguns casos totalmente submetidas ao domínio dos criminosos. Neste sentido, a Segurança Pública é uma autêntica política social.

É justo dizer que o Estado brasileiro até agora vem perdendo a luta contra a criminalidade. As razões para isso são muitas, mas entre as principais estão a desarmonia entre as esferas de poder, a falta de sintonia entre as instituições públicas e uma série histórica de medidas paliativas e descontínuas.

As políticas de segurança nunca tiveram a devida prioridade em qualquer das esferas de poder. Em 2016 o setor público gastou cerca de 1,3% do PIB com segurança pública, sendo que, deste total, a parcela direcionada para custeio e investimento não passou de 10% do total. Todo o valor gasto com segurança foi inferior ao crescimento anual das despesas com previdência do Governo Federal nos últimos dois anos. Neste momento, no entanto, é possível registrar um forte apelo popular para que a Segurança Pública passe a integrar o primeiro plano das ações dos governos, sem que as preocupações com a defesa dos direitos humanos seja um pretexto para a inação ou a passividade. São políticas que não se contrapõem, nem se antagonizam, a não ser na imaginação ideológica.

Aqui, mais uma vez, o Governo Temer tomou um caminho diferente. Para expressar a alta

prioridade do problema foi criado o Ministério da Segurança Pública, com o Governo Federal assumindo um claro protagonismo no enfrentamento da insegurança e passando para a sociedade um recado claro de comprometimento com a questão.

E para ratificar uma nova abordagem no tratamento da segurança, o Governo enviou, e o Congresso está em via de aprovar, a criação de um Sistema Único de Segurança Pública e de Defesa Social (SUSP), que será um passo decisivo para a prevenção e enfrentamento do crime, integrando todas as instituições de segurança numa rede de compartilhamento de informações e de ações, dando unidade à ação pública. As responsabilidades serão doravante compartilhadas, estabelecendo-se um modelo de cooperação permanente, por meio de dois grandes sistemas operacionais: um de compartilhamento de dados e análise criminal e, outro, de avaliação de políticas de segurança pública, com indicadores para avaliação de resultados.

O objetivo é ter organização, planejamento, integração, ações conjuntas, informações compartilhadas, transferências de recursos, mediante cumprimento de metas e continuidade de políticas para além dos mandatos eletivos.

Como medida de emergência, o Governo Temer decretou a intervenção militar nas organizações de segurança do Estado do Rio de Janeiro, onde problemas institucionais

no âmbito do governo estadual e a escalada do crime organizado estavam colocando em grave perigo a segurança da sociedade. Foi uma mostra de como, doravante, o desafio da segurança pública será enfrentado: com prioridade, recursos financeiros e

institucionais e, principalmente, com coragem e responsabilidade.

Com o Ministério e o novo Sistema Único, o Estado brasileiro começa a dar um novo e efetivo tratamento à questão da Segurança.





Considerações finais

O BRASIL VIVIA A MAIS GRAVE CRISE ECONÔMICA DA SUA HISTÓRIA.

O Governo Temer assumiu a direção do país em meio a uma das maiores crises de sua história. Assumiu com um diagnóstico claro da situação econômica e social e com um programa ambicioso de mudanças.

Governou nestes dois anos em meio a uma grande descrença popular e a um cerco implacável de interesses corporativos contrariados pelas mudanças. Grupos que, muitas vezes, se valeram de suas posições institucionais para impedir a marcha das reformas. Apesar de tudo, o Governo cumpriu quase todas as suas promessas e conseguiu avançar na mudança do país, numa das maiores reversões econômicas já vistas em qualquer tempo.

Em quase todos os campos da administração pública, o Governo Temer imprimiu uma marca positiva. Não se conseguiu até agora votar a

Reforma da Previdência, para a qual o Governo mobilizou todos os seus recursos políticos a ponto de, num certo momento, em 2017, ter sua aprovação quase assegurada.

A oportunidade se perdeu pelo oportunismo de iniciativas no campo judicial, que desviaram, talvez propositadamente, a atenção do sistema político. A ideia da injustiça e da insustentabilidade dos nossos sistemas de previdência, no entanto, incorporou-se definitivamente à agenda política do país e sua reforma será a principal pauta de qualquer ajuste fiscal definitivo.

Este documento dá o testemunho do Brasil de maio de 2016, mostra o novo Brasil de abril de 2018 e lança uma luz no que pode vir a ser o Brasil dos próximos anos. Um documento para que a sociedade possa analisar, refletir com serenidade e decidir qual o futuro que ela deseja.

ENCONTRO COM O FUTURO





